



# Novos Rumos

Edição Especial

Outubro/2016 - Distribuição gratuita

## GREVE 2016 EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E GRATUITA



### ARTIGO

As Lutas do Movimento Sindical nas  
Conquistas dos(as) Trabalhadores(as)  
Brasileiros(as)

Helder Molina

# CASA DO/A EDUCADOR/A UM SONHO REALIZADO



Nós sonhamos, acreditamos, trabalhamos muito e transformamos o sonho em realidade. A casa do/a Educador/a do SINTEP/MT está de portas abertas para você, oferecendo conforto, qualidade, segurança e uma ótima estada em Cuiabá/MT.

**VOCÊ FAZ PARTE DESTA HISTÓRIA!**



## Diretoria Executiva

**Presidente** - Henrique Lopes do Nascimento (Alta Floresta)  
**Vice-presidente** - Jocilene Barboza dos Santos (Cuiabá)  
**Secretaria-geral** - Miriam Ferreira Botelho (Rosário Oeste)  
**1ª Secretária** - Catarina Francisca (Nobres)  
**Secretaria de Finanças** - Orlando Francisco (Cuiabá)  
**1ª Secretária de Finanças** - Dirceu Blanski (Alta Floresta)  
**Secretaria de Comunicação** - Gilmar Soares Ferreira (Várzea Grande)  
**Secretaria Adjunta de Comunicação** - Edevaldo José dos Santos (Primavera do Leste)  
**Secretaria de Cultura** - Leliane Cristina Borges (Várzea Grande)  
**Secretaria Adjunta de Cultura** - Luiz Bezerra Matos (Alta Floresta)  
**Secretaria de Políticas Educacionais** - Guelda Cristina de Oliveira Andrade (Pontes e Lacerda)  
**Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais** - Maria Luiza Bartmeyer Zanirato (Cuiabá)  
**Secretaria de Formação Sindical** - João Eudes Anuniação (Rondonópolis)  
**Secretaria Adjunta de Formação Sindical** - Sidinei de Oliveira Cardoso (Sinop)  
**Secretaria de Articulação Sindical** - Julio César Martins Viana (Colíder)  
**Secretaria Adjunta de Articulação Sindical** - Tânia Cristina Crivelin Jorra (Lucas do Rio Verde)  
**Secretaria de Redes Municipais** - Alex Ferreira da Cruz (Luciara)  
**Secretaria Adjunta de Redes Municipais** - Enos dos Reis Maria (Porto dos Gaúchos)  
**Secretaria de Funcionários (as) da Educação** - Fábio da Silva Viana (Itaúba)  
**Secretaria Adjunta de Funcionários(as) da Educação** - Djalma Francisco de Sousa (Canabrava do Norte)  
**Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos** - Maria Celma de Oliveira (Rondonópolis)  
**Secretaria Adjunta de Assuntos Jurídicos e Legislativos** - Orlandir Gonçalves Cavalcante (Cáceres)  
**Secretaria de Infraestrutura Sindical** - Edson Evangelista dos Santos (Cuiabá)  
**Secretaria Adjunta de Infraestrutura Sindical** - Edina Martins de Oliveira (Colíder)  
**Secretaria de Políticas Sociais** - Marli Keller (Cuiabá)  
**Secretaria Adjunta de Políticas Sociais** - Maurocir Silva (Campos de Júlio)  
**Secretaria de Organização Sindical** - Ana Lúcia Antonia da Silva (Ribeirão Cascalheira)  
**Secretaria Adjunta de Organização Sindical** - Elionai Rodrigues Chagas Witczak (Sorriso)  
**Secretaria de Administração Sindical** - Omar Cirino de Souza (Barra do Garças)  
**Secretaria Adjunta de Administração Sindical** - Ziquidalto de Castro Rodrigues (Itiquira)  
**Secretaria de Seguridade Social** - Edna Mahnic (Primavera do Leste)  
**Secretaria Adjunta de Seguridade Social** - Francisca Alda Ferreira de Lima (Tangará da Serra)

## Polos Regionais

**Oeste I - Regional Baixada Cuiabana** - Ricardo de Assis  
**Oeste II - Regional Paraguai** - Cabaçal Edmilson José Ferreira  
**Oeste III - Regional Vale do Guaporé** - Edna Bernardo da Silva  
**Nortão I - Regional Alto Teles Pires** - Fernando Alves da Silva  
**Nortão II - Regional Médio Teles Pires** - Francisca Ilmarli Teixeira  
**Nortão III - Regional Vale do Teles Pires** - Valdeir Pereira  
**Nortão IV - Regional Vale do Arinos** - Isac Pintor  
**Noroeste - Regional Vale do Juruena** - Carlito Pereira da Rocha  
**Médio Norte I - Regional Vale do Paraguai** - Antônio Márcio Pinheiro Ramos  
**Médio Norte II - Regional Alto Paraguai** - Moisés de Almeida Silva  
**Leste I - Regional Vale do Araguaia** - Arnaldo Rodrigues de Souza  
**Leste II - Regional Médio Araguaia** - Maira Pertile  
**Leste III - Regional Baixo Araguaia** - Marizete Maria do Nascimento  
**Sul I - Regional Serra da Petrovina** - Bartolomeu Basili Belmonte  
**Sul II - Regional Vale do São Lourenço** - Doralice Vieira de Castro



**SINDICATO DE LUTA**

ORGANIZADOS(A) PARA LUTAR  
OUSADOS(A) PARA PROPOR E DETERMINADOS(A) A AVANÇAR

**Direção Estadual SINTEP-MT**  
Gestão 2015-2018

- 05 Introdução
- 07 A pauta de reivindicações
- 09 Perda de direitos na pauta do Governo Federal
- 10 Greve: O último recurso na disputa contra opressão ao trabalhador/a
- 11 A Consolidação do Calote
- 13 Carta Aberta à População
- 15 Trabalhadores/as tensionam para garantir direitos
- 20 Milhares participam das mobilizações nas ruas da Capital
- 23 Acampamento: Um Marco Intermitente da Luta
- 28 A prevaricação no governo Taques
- 30 Estudantes secundaristas se manifestam em defesa da Educação Pública e Gratuita
- 34 Artigo: Só a luta coletiva conquista direitos coletivos  
- Helder Molina



# Por uma escola 100% PÚBLICA E GRATUITA

Educação não é Mercadoria





# Pauta de Reivindicações

## LEI 510/2013 - POLÍTICA DA DOBRA DO PODER



**E**m 2013 quando os profissionais da educação realizaram a paralisação que durou 67 dias, semelhante a de 2016, a reivindicação foi equiparar os salários dos profissionais da Educação estadual às demais carreiras do executivo com a mesma formação. Até então, um técnico graduado de qualquer carreira tinha um salário superior a de um trabalhador/a da rede estadual.

Para elevar os salários dos educadores ao patamar desejado era necessário uma planilha financeira que a médio prazo incorporasse valores ao piso salarial dos profissionais da educação. Foi feito. Criou-se uma tabela que ao longo de dez anos (2014 a 2023) somaria duas variáveis ao valor do piso. Um desses índices fixo, estaria previsto anualmente durante o período de vigência. O outro à inflação, que tira o poder de compra dos salários quando não são atualizados. Os dois juntos garantirão em 2023 o objetivo da valorização salarial real dos profissionais da educação.

A conquista virou lei, aprovada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso com o número 510, no ano de 2013 (LC 510/2013). A partir de então, criou-se a expectativa de que, todo ano, ficar de ‘chapéu na mão’ cobrando do governo reajuste salarial, tampouco brigar por recomposição inflacionária, um direito garantido na Constituição (artigo 37).

Em 2015, o governo “legalista” surpreende a todos com o parcelamento da Revisão Geral Anual (RGA), que nada mais é do que incorporar a inflação do período aos salários. A fragmentação do repasse da RGA naquele ano, despertou preocupação em todos os servidores. Mas a revolta maior foi quando o governo informou que não iria pagar a RGA de 2016 e quando fez, deu calote em parte do percentual que deveria compor os salários. Na Lei, que foi aprovada pela ALMT, o governo se compromete em recompor apenas 7,36%, dos 11,28% que foi a inflação de 2015, e que deveria ser paga em 2016.

Diante dessa decisão, os profissionais da Educação teriam um impacto na conquista da Lei nº 510/2013, já que os restantes 3,92%, para 11,28%, ficariam de fora achatando os salários.

Após as várias rodadas de negociações com o Governo, Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça, com a assinatura do Termo de Compromisso, o que foi avaliado e aprovado em Assembleia Geral de 5 de agosto pela categoria foi que o repasse do percentual restante (3,92%) poderá ser pago até dezembro de 2017. Isso assegurará que as novas variáveis de recomposição previstas para 2017 não gerem perdas pelo que determina a Lei 510/13.



## A GREVE NA EDUCAÇÃO E O CONCURSO PÚBLICO



O último concurso público para a Educação estadual foi realizado em 2010. Desde então muitos se aposentaram deixando vagas livres para serem preenchidas por novos profissionais. Em 2014, estava previsto na gestão Silval Barbosa a realização de um novo Concurso, que acabou sendo postergado e virou promessa de campanha do novo Governador. Passados mais de sete anos sem novo certame, a rede estadual de ensino soma mais de 60% do quadro com pessoal interino, comprometendo a qualidade da educação e a valorização profissional, já que se tratam de contratos precários, sem garantias da carreira.

A reivindicação do Sintep-MT na greve era a realização de Concurso Público em 2016 com a possibilidade de posse no início do ano letivo de 2017. Para isso, se cobrou o levantamento de vagas livres - vagas que não são em substituição a um profissional efetivo afastado, e com carga horária de 30 horas. E mais, que o concurso atenda a todas as funções da carreira (professores, técnicos e apoio). Na negociação apresentada, o Governo se compromete a fazer o levantamento junto com a direção do Sindicato, por meio de uma Comissão, para averiguar quantas são as vagas e cargos, que serão disponibilizados para o Concurso, previsto para 2017.

### DESVELANDO O MT-PAR

Assim como tem ocorrido em outros estados do país, há uma tendência no cenário político de repassar para a iniciativa privada serviços públicos, deixando os gestores estaduais com o mínimo de responsabilidade na administração pública. Para justificar a privatização ou mesmo a terceirização dos serviços públicos, os governos usam como justificativa a eficiência e a qualificação nas atuações das empresas privadas. Porém, a propaganda não informa que essa transferência de recursos públicos vem atrelada à vazão de muito dinheiro para o setor privado.



Historicamente no Brasil esse vínculo entre o público e o privado abre portas para a corrupção o favorecimento político. Somada ainda, a desvalorização profissionais promovida por contratos precários. Foi contra todos essas ameaças que o Sintep-MT inseriu na pauta de reivindicações o fim das Parcerias Público Privadas (PPP's) na Educação. A princípio a proposta das PPP's estariam apenas nas obras de infraestrutura das escolas, porém, é sabido que PPP's só acontecem atreladas a algum tipo de serviço, e nessa lacuna as empresas assumiriam a manutenção administrativas da escola. Apesar de não ficar claro para a sociedade, as tarefas administrativa de uma escola tem caráter pedagógico. Pois, a compra de papel está atrelada ao projeto do educador em desenvolver avaliações ou outras atividades com o material.

Diante do risco da perda de direitos conquistados ao logo de 51 anos de história, como a Lei da Gestão Democrática (7040/98), que promove decisões pelo coletivo da escola, ou a Lei de Carreira (LOPEB 50/98), que integra todos profissionais que atuam no ambiente escolar, o Sintep-MT se posicionou contra as PPP's, e agora aguarda a realização de Conferências participativas, para definir se essa modalidade segue ou não na Educação estadual. Essa foi mais uma das reivindicações acordadas na proposta para o fim do movimento paredista de 2016.

# Perda de direitos na pauta do Governo Federal

Não vamos abrir mão do petróleo para a educação

**EDUCAÇÃO EM RISCO!**

**O PL 4567/16, DO PRE-SAL, SERÁ VOTADO EM REGIME DE URGÊNCIA.**

**PISO E CARREIRA**

ANDAM JUNTOS PARA VALORIZAR OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

No cenário nacional, desde 2015, somam-se as inúmeras investidas com objetivo de conter os projetos de avanços nas políticas para a Educação Pública. O interesse nos recursos destinados ao setor, disputam em nível federal e estadual os investimentos para a área. Está posto nos debates federais a retirada da Petrobrás como única operadora do Pré-Sal - PL 131, o que acaba com possível aumento de investimento para a Educação Pública. Ou, ainda, as tentativas de privatizar o ensino com a administração das escolas pela Organização Sociais (OS's), e retirada de direito, o que significa o comprometimento do valor do piso salarial nacional dos profissionais da Educação.

Este ano de 2016, por força de um projeto de valorização conquistado em 2008 (luta travada desde o Brasil Império), o então Ministro do governo Dilma, Aloisio Mercadante, fez valer o reajuste inflacionário

de 11,26%, para a correção do piso nacional (R\$ 2.135,34). No entanto, a Câmara Federal já iniciou o processo de desconstrução dessa conquista, tentando implantar projetos que impossibilitam a permanência dessa política de valorização, leia-se ai OS's. E no Mato Grosso, as Parcerias Público Privadas (PPP's), transfeririam para a iniciativa privada a contratação dos profissionais da educação.

As ameaças aos trabalhadores da educação estão postas em projetos que tramitam no Congresso Nacional. O projeto de Lei Complementar 257 quer retirar direitos dos servidores públicos. Entre os projetos está aquele que retira a aposentadoria especial para professores; aumenta a idade mínima para a aposentadoria; o projeto da Escola Sem Partido, que amordaça os profissionais da educação no exercício profissional, entre outros.



# GREVE

## O último recurso na disputa contra opressão ao trabalhador/a

**D**iferente do que normalmente a sociedade acredita, o movimento de Greve não acontece de um dia para outro ou no calor dos ânimos de uma Assembleia Geral. Também não é pelo simples fato dos salários atrasarem ou não se conseguir aumento salarial. O movimento grevista, como o próprio termo define, é construído ao longo de um período em que o cenário apresentado reúne uma série de indícios ou fatos que apontam para perdas significativas de direitos da classe trabalhadora.

Em 2016, a greve iniciada em 31 de maio, foi o alerta dos servidores públicos do Estado para o fato de que não aceitariam o calote na Revisão Geral Anual, a chamada RGA. Um manifesto que nasce após o parcelamento da RGA em 2015 e também do alarde promovido na mídia, pelo governo, da crise econômica que vivia o Estado. Mesmo ela não sendo comprovada em números.

Para os profissionais da Educação da rede estadual o cenário apontava crise ainda maior. A fragmentação do repasse inflacionário em 2015 já havia impactado na Lei 510/2013 (Dobra do Poder de Compra). No mesmo ano, a Educação registrava outras ameaças como a publicação do Edital das Parcerias Público Privadas (PPP's).

Somada a essas medidas, a Seduc-MT havia alterado o processo de contagem de pontos, sem consultar a

comunidades escolar, ferindo a lei 7040/98, da Gestão Democrática e a Lei 050/98 (LOPEB), quando desrespeitou o período de férias dos profissionais. A tentativa de golpe nos direitos confirmava-se pela ausência de Concurso Público há mais de cinco anos, o que gerou inúmeros vínculos empregatícios precários, além da prática da meritocracia trazida na portaria de contagem de pontos, que priorizou profissionais titulados (mestre e doutores) frente àqueles com maior tempo de serviço.

Vários processos vêm se somando com a falácia do Governo de busca da qualidade da educação pública. Um deles foi a tentativa de desconstruir a concepção curricular do Ciclo de Formação Humana, por atribuir a ela, as péssimas condições do ensino. Deixando de lado a falta de investimento na educação, na infraestrutura e na valorização dos profissionais.

Na busca pelo 'Estado mínimo', o Governo repassa para a sociedade o engodo de que a privatização é a solução para a melhoria da qualidade da Educação Pública. Vende o conceito de que as escolas privadas são 'melhores' do que as públicas, sem mensurar as diferentes realidades. "A escola pública é a melhor que existe, pois atende a todos e todas sem distinção e, mais, gratuitamente", reforça o presidente do Sintep-MT, Henrique Lopes do Nascimento.



# A Consolidação do Calote

As inúmeras tentativas de negociações entre o Fórum Sindical de Mato Grosso e Governo do Estado, desde o início de 2016, deixou evidente para os dirigentes dos quase 30 sindicatos e associações que compuseram o Fórum que o cumprimento da Lei da Revisão Geral Anual (RGA) não estava garantido. Entre as inúmeras justificativas para o possível calotes estiveram; a crise econômica nacional, o impacto dos gastos governamentais com folha de pagamento e o respeito ao limite prudencial, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A indignação dos servidores do executivo estava também no fato dos profissionais dos demais poderes - Legislativo e Judiciário - não terem sofrido o calote, tendo garantido a estes as reposições inflacionária. E foi destaque também o fato do propalado controle fiscal do Governo não interferir com os benefícios de incentivos e isenções fiscais concedidos a empresários e sojicultores do Estado, assim como o uso indevido de recursos públicos para pagamento da previdência de servidores aposentados.

Para o cumprimento ao direito do funcionalismo, garantido pela Constituição Federal e estadual, em 31 de Maio de 2016, após as várias assembleias sindicais, os servidores do Estado deflagrassem Greve Geral em Mato Grosso.

As manifestações dos servidores registrou várias tentativas de sabotagem por parte do Governo. Houve a implantação de notícias mentirosas na imprensa, com objetivo de desmerecer a luta e colocar a sociedade contra os servidores públicos. Insistiu em táticas de persuasão e intimidação junto aos servidores nas localidades afastadas da capital, subestimando a mobilização.

Durante o processo de negociação várias foram as tentativas de negociações por parte do Fórum, mas as proposta foram consideradas indecentes, desrespeitosas com o direito dos servidores. Diante do impasse o governo apela para o calote. Confira

# Proposta de pagamento da RGA

No decorrer dos 30 dias de mobilização (31.05 a 29.06), várias tentativas de negociações foram feitas.

A primeira proposta apresentada feita pela equipe de Taques dia 30 de maio, com a intenção de travar a greve, oferece o pagamento de 5%, dos 11,28%, sendo que a primeira parcela, de 2%, seria em setembro e os outros 3% em janeiro de 2017. Os servidores insistiram na integralidade.

Segunda proposta foi apresentada pelo Governo dia 2 de junho - A intenção seria pagar 6%, dos 11,28% da recomposição inflacionário de 2015, sendo 2% em setembro, e 2% em janeiro de 2017 e os outros 2% em março. Os servidores aceitaram os parcelamentos, mas desde que fossem para este ano ainda.

Terceira proposta feita dia 10 de junho, agora o Governo oferece 6%, mas, dependendo da receita, pode chegar a 11,28%, deixando o restante do reajuste em aberto, gerando insatisfação geral dos servidores.

Na quarta proposta apresentada em 14 de junho, o Governo garante os 5,28% da Revisão Geral Anual (RGA) de 2016, por meio de uma minuta do Projeto de Lei que prevê o parcelamento. No documento, além dos 6% parcelados, em três vezes, o executivo havia proposto pagar os 5,28%, em duas vezes, sendo a primeira parcela em maio e a segunda em setembro de 2017. A proposta também não foi aceita.

O projeto de Lei encaminhado então foi contestado e com a pressão dos servidores na Assembleia Legislativa um grupo de deputados de oposição ao governo defenderia a proposta de substitutivo integral 1 - de pagamento dos 11,28%, sendo 7,36% em 2016 e restante 2017 em nove parcelas. Mas não foi aceita pela maioria dos deputados governistas.

Por fim, por maioria de 13 votos favoráveis e nove contrários, sendo duas abstenções, o projeto de Lei do Governo passa vigorar. Nele fica previsto o pagamento da RGA parcelada em 2% em setembro (calculado sobre o subsídio de maio de 2016), 2,68% em janeiro de 2017 (calculado sobre setembro de 2016) e 2,68% em abril de 2017 (com base no subsídio de janeiro de 2017).

A diferença para se atingir o percentual de 11,28% será calculada sob o subsídio de abril de 2017 e paga em duas parcelas: junho e setembro de 2017. O pagamento do residual estará condicionado ao enquadramento na LRF.

## O que é RGA

Revisão Geral Anual - Apesar do termo se tornar popularizado, muitas pessoas não compreenderam que a RGA, negada pelo Governo, na verdade é a correção do dinheiro, que ao longo de um ano foi desvalorizado pela inflação (aumento dos preços dos produtos). Ela pode seguir vários índices que medem a inflação do período. No caso dos salários dos servidores o índice utilizado é o INPC, que em 2016 registrou inflação de 11,28%.

O salário mínimo é automaticamente corrigido todos os anos. As empresas fazem essa correção no salário dos funcionários, os preços dos produtos são corrigidos. Então, garantida pelo Lei Constitucional no artigo 37, e no Estado pela Lei 8.278/04, também o salário dos servidores deveriam receber a correção das perdas.



# Carta Aberta à População

Caríssima POPULAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Servidores e Não Servidores, Trabalhadores dos mais variados segmentos, Comerciantes, Estudantes, Pais e Mães de Família.

O FÓRUM SINDICAL vêm esclarecer a TODOS, diante da GREVE GERAL instalada pelos Servidores Públicos Estaduais de Mato Grosso, os motivos de medida tão extrema, suas consequências à população e o que buscamos com tal medida.

Ontem (31/05/2016) na instalação da GREVE GERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO de MT, com adesão de mais de 90% das Categorias, cerca de 20.000 MIL PESSOAS lotaram a Av. do CPA e as ruas do Centro Político Administrativo, para BRADAR pelo Cumprimento de um DIREITO CONSTITUCIONAL (Art. 37 Inciso X da CF) de ver os salários RECOMPOSTOS nos mesmos ÍNDICES da INFLAÇÃO do Ano Anterior (famoso RGA).

A RECOMPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO É DE 11,28%, mas o Governo quer pagar APENAS 5%, propondo que os servidores ABRAM MÃO de mais de 6% de PERDAS SALARIAIS, o que é um ABSURDO!!!

Nós Servidores Públicos Estaduais queremos que cumpram a CONSTITUIÇÃO e as Leis vigentes, e respeitem os SERVIDORES que NÃO SÃO marajás e que tanto trabalham pra desenvolver esse Estado, muitas vezes em condições precárias no ambiente de trabalho.

É importante salientar que tal índice de RECOMPOSIÇÃO já foi pago aos Servidores do Judiciário, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, num claro ATO DE DISCRIMINAÇÃO com os Servidores do Poder Executivo.

O RGA é um DIREITO, que evita que os SALÁRIOS percam seu poder de compra CORROÍDOS pela INFLAÇÃO galopante que temos ano a ano. NÃO SE TRATA DE AUMENTO SALARIAL, mas de RECOMPOSIÇÃO, diferentemente do que o Governo do Estado tenta mostrar a POPULAÇÃO.

RESPONSAVELMENTE, o Fórum Sindical, apresentou MEDIDAS para que o Governo do Estado MELHORE SUA ARRECADAÇÃO e possa honrar os compromissos previstos na CF e em Lei, tais como:

- 1-COMBATE A SONEGAÇÃO FISCAL;
- 2-TAXAÇÃO DO AGRONEGÓCIO;
- 3-TAXAÇÃO DA MADEIRA;
- 4-ADEQUAÇÃO DO REPASSE AOS PODERES (Duodécimo);
- 5-COBANÇA DA DÍVIDA ATIVA DOS CREDORES DO ESTADO;
- 6-TAXAÇÃO DOS INSUMOS AGRÍCOLAS (Agrotóxicos).

Mas mesmo diante dessas e de outras SUGESTÕES que melhorariam a RECEITA do Estado de Mato Grosso e permitiriam NÃO SÓ pagar o RGA e Salários em dia, mas também daria fôlego financeiro para o Governo INVESTIR em Políticas Públicas para as Áreas de: SAÚDE, EDUCAÇÃO, LOGÍSTICA (estradas, pontes etc), SEGURANÇA PÚBLICA e outros, porém o Estado finge que não ouve tais sugestões, preferindo TIRAR DIREITOS TRABALHISTAS do Servidor de Carreira (Concurado) para não desagradar os grandes FINANCIADORES DE CAMPANHAS!!!



## A POPULAÇÃO PRECISA SABER:

VOCÊ SABIA que por causa da LEI KANDIR (que ISENTA DE ICMS a Soja, Milho, Algodão, etc Exportados), de 1996 a 2014, Mato Grosso deixou de ARRECADAR mais de 40 BILHÕES em impostos? (benefício aos barões do agronegócio);

VOCÊ SABIA , que quando o Sr. Blairo Maggi (sojicultor) assumiu o Governo em 2003, criou o PRODEIC , programa de Incentivo Fiscal que renuncia a mais de 1 BILHÃO DE REAIS por ano, privilegiando sempre os grandes empresários, em detrimento dos pequenos?

VOCÊ SABIA, que NÓS (Povo Comum) pagamos cerca de 17% de ICMS para comprarmos nosso carro popular, enquanto o PRODUTOR RURAL paga APENAS 3,66% para adquirir um maquinário importado, que as vezes chega a cifra de mais de 1 MILHÃO DE REAIS? Além do que aproveita desse incentivo pra comprar CARROS IMPORTADOS (camaros, lamborghines etc) por meio desse programa de incentivo fiscal? Ou melhor dizer, PRIVILÉGIO FISCAL DE POUÇOS?

VOCÊ SABIA que os INSUMOS AGRÍCOLAS (veneno, agrotóxico) também NÃO pagam ICMS? Que além de não pagarem ainda poluem nossos rios, terras e lençóis freáticos?

VOCÊ SABIA que nos Governos Maggi e Silval os Poderes JUDICIÁRIOS, MINISTÉRIO PÚBLICO e ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA praticamente DOBRARAM o valor repassado a título de duodécimo?

VOCÊ SABIA que a SONEGAÇÃO FISCAL leva para o RALO mais recursos públicos que os rombos da CORRUPÇÃO?

VOCÊ SABIA que os maiores FINANCIADORES da campanha do Governador e Deputados Estaduais foi o setor do AGRONEGÓCIO?

Você consegue imaginar o por que disso, diante dos dados acima apresentados?

VOCÊ SABIA que o maior FINANCIADOR INDIVIDUAL da Campanha do Governador Atual é do Setor do Agronegócio e está envolvido na CPI da Sonegação Fiscal (que não anda na AL) que APURA a SONEGAÇÃO através de Cooperativas de mais de R\$ 400.000.000,00 (QUATROCENTOS MILHÕES DE REAIS)?

VOCÊ SABIA que o RGA vai injetar mais de R\$ 600.000.000,00 (SEISCENTOS MILHÕES DE REAIS) ao longo do Ano na economia (Comércio) de MT, sem contar a margem de empréstimos , o que pode elevar a injeção de recursos na economia na ordem de mais de R\$ 1.500.000.000,00 (UM BILHÃO E QUINHENTOS MILHÕES DE REAIS)?

VOCÊ SABIA que a LRF Não Impede a RECOMPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA (RGA) e mesmo que o Governo esteja no Limite da LRF com Gastos de Pessoal, sendo uma EXCEÇÃO prevista na própria LRF, respeitando-se assim a CF?

VOCÊ SABIA que quem mais paga IMPOSTOS somos nós da CLASSE MÉDIA e Baixa, e de acordo com os dados levantados somente a compensação fiscal feita pelo Governo Federal ao Governo do Estado a Título de IMPOSTO DE RENDA dos Servidores Públicos CORRESPONDE a um VALOR MAIOR do que o arrecadado dos Barões do Agronegócio?

# Trabalhadores/as tensionam para garantir direitos



Uma audaciosa investida do Sintep-MT garante a primeira audiência com o Governo de Mato Grosso para tratar a pauta de reivindicação da categoria. Realizada no dia 19 de março, a partir de um protesto no município de Vila Bela da Santíssima Trindade onde o governador se encontrava com o gabinete itinerante, festejando o aniversário da primeira Capital de Mato Grosso. Mobilizados os trabalhadores/as da Educação estadual cobram respostas sobre a realização de Concurso Público, melhorias nas estruturas físicas das escolas e cumprimento da Lei 510/2013 em 2016, já que no ano anterior ficou comprometida com o parcelamento da



Vila Bela da Santíssima Trindade. Onde o governador estava com o gabinete itinerante e o Sintep/MT sempre presente.

Revisão Geral Anual.

Ao receber a direção do Sintep nessa audiência simbólica, o governador Pedro Taques e o então secretário de Estado de Educação, Perminio Pinto, se comprometeram a uma nova reunião para responder a pauta com maior propriedade sobre números e situações apontadas pelos sindicalistas.

Em audiência, na primeira quinzena de abril, no Palácio Paiaguás, o governador voltou a justificar a crise econômica nacional e os impactos advindos dela, com previsão de contenção nas contas públicas, que possivelmente comprometeriam os salários dos servidores estaduais. No entanto, garantiu que os acordos feitos pela gestão passada- leia-se Lei 510/2013 - seriam mantidos, já que os salários “são direito do trabalhadores”, palavras de Pedro Taques. Porém, após um mês, na data base da categoria, em maio, deixou de pagar a Revisão Geral Anual (RGA), pagando apenas o percentual referente a Lei da Dobra do Poder de Compra sem incluir a variável da inflação para garantir a integralidade da mesma, firmada na gestão do antecessor.

## UNIFICAÇÃO



A partir dessa decisão passa a ser debatido coletivamente com os demais servidores do Estado, na luta pelo pagamento da Revisão Geral Anual (RGA). O Sintep integrou assim reuniões entre a equipe do governo e também com o próprio governador, durante diálogos unificados com o Fórum Sindical, reunindo cerca de 30 sindicatos e associações do funcionalismo público estadual. Apesar da participação na pauta coletiva, o Sintep-MT

sempre reivindicou junto ao governo, via Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc) pautas específicas dos trabalhadores da educação estadual; como a suspensão das Parcerias Público Privada (PPP) e Concurso Público.

A ausência de propostas que garantissem o pagamento da RGA conduziu a deflagração da greve geral unificada, conduzida pelo Fórum Sindical, em 31 de maio de 2016.

Com o afastamento do secretário Permínio Pinto, em virtude de investigações sobre fraudes em processos de licitação da Seduc-MT, assume a Secretaria, Marco Marrafon. Ele faz uma convocação ao presidente do Sintep para um reunião colegiada na qual estiveram representantes do Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas, Conselho Estadual de Educação e Movimento dos Estudantes Secundaristas de Mato Grosso. A pauta do Sintep foi debatida e um novo encontro foi agendado com a direção do Sindicato e a Seduc.

## INTERMEDIÇÃO

Diante do impasse, a paralisação que completava 57 dias, passa a ser intermediada pelo Ministério Público Estadual (MPE), na figura do promotor Henrique Schneider. A intermediação se dá com a convocação de uma reunião com a presença dos representantes da Seduc-MT e a diretoria do Sintep-MT, no dia 26 de julho. Nessa audiência se inicia a construção de uma proposta reivindicada pela categoria e o Governo é forçado a recuar.

Em nova Assembleia Geral, a falta de comprometimento por parte do Governo leva a categoria a rejeitar a proposta apresentada pelo secretário de Estado de Educação no MPE. Conforme as manifestações dos dirigentes e militantes não apresentava oficialmente um recuo em suas propostas, de confiança, dado que nem mesmo as leis constitucionais ele vinha respeitando, com o calote do RGA e a Lei 510/2103.





**N**a tentativa de desmobilizar os trabalhadores e confundir a opinião pública, o Governo divulga pela imprensa uma derrota como sendo vitória, ao publicar a decisão liminar emitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nela o ministro orientava o Tribunal de Justiça de Mato Grosso a rever alguns pontos da decisão de legalidade da greve.

O encaminhamento da decisão do STF ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso levou o desembargador Juvenal Pereira da Silva, o responsável pelo parecer favorável à greve na Educação, a convocar uma audiência de conciliação entre Sintep-MT e Seduc-MT, com a participação do Ministério Público Estadual e do representante da comissão de educação da

Assembleia Legislativa. Durante o encontro foi construído um novo documento, dessa vez com a exigência para o Governo do Estado de cumprir na íntegra a Lei 510/13, mesmo que num prazo dilatado - dezembro de 2017; e assegurou a realização de Conferências para definir o futuro das Parcerias Público Privadas na educação estadual.

O documento, apreciado pela Assembleia Geral da categoria, em 5 de agosto, foi avaliado com avanços consideráveis para a suspensão do movimento paradedista, após 67 dias de mobilização. Contudo, diante das contradições do Governo Taques, a categoria decidiu manter o Estado de Greve, porque a luta não se encerra.



# VENHA CONSTRUIR U

DOBRA DO PODER  
DE COMPRA

JORNADA DE  
30 HORAS

PIS

HORA ATIVIDADE  
PARA INTERINOS(AS)

CONCURSO  
PÚBLICO

INCLUSÃO DE  
FUNCIONÁRIOS (AS)  
NO PLANO DE  
CARREIRA

GESTÃO  
DEMOCRÁTICA



# UM SINDICATO FORTE!

SO ÚNICO

PROFISSIONALIZAÇÃO  
DE FUNCIONÁRIOS (AS)

AVANÇO  
NA EQUIPARAÇÃO  
DAS CARREIRAS  
DAS REDES  
MUNICIPAIS  
COM A REDE  
ESTADUAL



Filie-se

[www.sintep.org.br](http://www.sintep.org.br)



# Milhares participam das mobilizações nas ruas da Capital

As mobilizações dos profissionais da Educação estadual na capital e no interior registraram grande índice de participação levando a 90% de adesão durante no período de greve. As passeatas e protestos que antecederam a paralisação geral e específica da Educação comprovaram o grau de insatisfação frente as ditas ‘transformações’ executadas pelo Governo. Entre estas figuraram as alterações na atribuição de aula, a mudança da logica para a escolha de coordenadores pedagógicos e secretários de escolas, sem consulta a comunidade escolar.

Acompanhando a orientação nacional da Confederação dos Trabalhadores da Educação, a categoria paralisou durante três dias no mês de março para dizer: “Não à Perda de Direitos dos Trabalhadores da Educação”. As manobras propostas no cenário nacional com o objetivo de retirar conquistas como os recursos do Pré-Sal para a Educação, alterar os critérios para definir o Piso Salarial Nacional, militarização das escolas, levaram as ruas milhares de educadores.

Na capital mato-grossense o ato mobilizou os trabalhadores da Educação e estudantes, destacando os impactos que as políticas nacionais teriam no Estado. Essa manifestação foi seguida de mais um protesto no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, para onde o Governo deslocou o gabinete provisório em virtude do aniversário (19/03/1752) da primeira capital do Estado.

Após essas manifestações públicas de insatisfação da categoria, os profissionais voltam a se mobilizar, desta

vez num ato coletivo, em 10 de maio, que reúne cerca de 9 mil servidores nas ruas da Capital. O maior ato coletivo realizado contra o Governo Taques. Esse foi o primeiro de uma série de mobilizações que ocorreriam antes da Greve Geral. No dia 17 de maio, quando se deu a paralisação de um dia, representantes de mais de 32 categorias de servidores públicos voltam às ruas de Cuiabá em protesto contra o calote que o Governo anunciava. Apesar da visibilidade ser maior na Capital, as mobilizações também foram frequentes no interior. Os trabalhadores da Educação Pública realizam diversas mobilizações inclusive unificadas com demais servidores públicos na luta pela pagamento da Revisão Geral Anual (RGA). Entre as manifestações unificadas uma que promoveu grande impacto foi o fechamento de três rodovias federais, no dia 02 de junho.

A partir do dia 31 de maio, se instalou no estado a Greve Geral, e as manifestações sempre conseguiram um número significativo de participações, com a unificação de servidores de várias categorias. O quórum sempre foi numeroso, tanto no acampamento unificado na Seges, nas atividades de protesto, como na faxina de prédios públicos contra a sujeira do Governo, na manifestação de bloqueio na Secretaria de Estado da Fazenda, ou mesmo no comparecimento das sessões na Assembleia Legislativa em que se concentravam para cobrar do legislativo o pagamento da Revisão Geral Anual. Cerca de dois mil participantes permaneciam diariamente mobilizados em defesa da RGA.



# QUEM NÃO LUTA PELOS SEUS DIREITOS NÃO É DIGNO DELES.







## ACAMPAMENTO Um marco intermitente da luta

**S**ete dias após o início da greve unificada, o Fórum Sindical decide utilizar uma estratégia de pressão ao Governo e monta um acampamento, em frente a Secretaria de Estado de Gestão (Seges). O objetivo era tornar público não apenas a indignação dos servidores com o desrespeito as conquistas salariais, mas criar uma central de esclarecimento e informes sobre a mobilização.

A escolha da Seges como ponto de integração, se deu por ser o órgão articulador das negociações entre as demais pastas do executivo. Para a mobilização montou-se cerca de dez barracas e durante os 30 dias os servidores realizaram atividades. O local foi considerado estratégico para o movimento grevista, pois lá se concentravam os servidores paralisados para participarem de palestras de esclarecimento, reuniões e passeatas.

Animados por um caminhão de som, o acampamento funcionava durante o período de expediente do Centro Político Administrativo (CPA), na capital. Durante todos os dias os 'hinos' da greve rasqueado

sobre o RGA, gravado por Roberto Lucialdo, e uma adaptação da canção Baile de Favela, produzida por uma professora da rede estadual, com apoio de uma estudante, esclareciam os motivos da paralisação geral e, em específico da educação.

### Acampamento da Educação

Passados os 30 dias da greve geral, no dia 29 de junho, o calote do Governo foi confirmado na Assembleia Legislativa, por 13 votos a favor e nove contrários ao projeto do RGA. Os profissionais da educação decidiram na Assembleia Geral, de 04 de julho, pela continuidade da greve. Até aquele momento nenhuma das reivindicações dos educadores havia sido atendida: cumprimento integral da Lei 510/2013, suspensão do Edital das PPP's com convocação para conferências participativas, e calendário para o concurso público. Seguindo a necessidade de pressão os trabalhadores/as da Educação definiram por acampar no prédio da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc). No dia 5 de julho um grupo formado por sindicalistas das várias



regiões do Estado instalou barracas no pátio do órgão. “Um movimento pacífico que tinha como objetivo dar visibilidade a causa, ao mesmo tempo em que criava uma tensão para o encaminhamento da negociação, até então inexistente”, relata a coordenadora do acampamento e diretora da regional Nortão II, Ilmarli Teixeira.

A orientação era a de permanecer no local durante todo o expediente do órgão, regressando para a sede do Sindicato no período noturno. A proposta sempre foi chamar a atenção da sociedade e dos gestores da pasta. Porém, o sindicato foi surpreendido no dia 13 de julho com um aparato policial convocado pelo alto escalão do Governo, que promoveu o desmonte das barracas, recolhendo todo o material dos acampados e conduzindo para a delegacia, com o objetivo de intimidar os manifestantes e convencer a sociedade de que se tratava de uma situação de baderna.

A falta de provas e de sentido para a acusação fez com que o delegado que atendeu a ocorrência descrevesse a situação como “inegável abuso de poder, ao colocar o aparato repressor do Estado à disposição de interesses individuais”. No dia seguinte, após recolher o material na delegacia, os manifestantes voltaram à Secretaria de Educação para encontrá-la

cercada de viaturas policiais e com os portões trancados. Foi suspenso o atendimento público. Essa era mais uma tentativa de intimidar e coibir a mobilização. Sem sucesso. Os manifestantes passam a acampar agora, em frente ao portão de entrada da Seduc-MT. E mesmo notificados de que estariam “perturbando” a ordem, permaneceram resistindo.

“Esses foram os dois momentos mais tensos que vivemos”, destaca a coordenadora do acampamento. Segundo Ilmarli, o Governo já havia apresentado na ação de desmonte do acampamento o grau de intransigência e a inexperiência para a negociação. “A partir disso podíamos esperar qualquer coisa”, disse.

As horas no acampamento foram distribuídas em diferentes atividades. Foi criada pelo subsede Cuiabá uma rádio fictícia, de alcance local, cuja a sintonia 510, na frequência 2013, lembrava a todos um dos motivos da permanência na greve - a reivindicação da integralidade da Lei da Dobra do Poder de Compra. A programação da rádio trazia informes sobre as mobilizações no Estado, entrevista com dirigentes sindicais e militantes, abordava as situações vivenciadas nas escolas com a paralisação.

Nessa atividade foi criada uma personagem para dar vez e voz ao sentimento de indignação vivido pelos profissionais da Educação. Vivida pela presidente da subsede do Sintep de Várzea Grande, Leiliane Cristina Borges, a manifestante se caracterizada por um figurino colorido, que variava diariamente. Por meio dela parodiava o conservadorismo das políticas educacionais postas pelos Governos, destacando a tentativa de marginalizar os estudantes, LGBTs, o debate sobre



as questões de gênero, discriminação racial, o direito ao debate político na sala de aula, o descaso com a educação de Jovens e Adultos, entre outros.

Para a técnica Cristiana Fernandes dos Santos, de Campos de Júlio, os dias de acampamento fortaleceram o sentimento de companheirismo. “Foi baseado nele que um deu força ao outro nas horas de dificuldade. Graças a esse companheirismo que conseguimos fazer valer as leis vigentes de nosso país. E tenho certeza ao final da luta, cada um levou consigo um pouco do outro. E, se caso for necessário um novo acampamento, lutaremos novamente sem esmorecer. Fica aqui também o meu sentimento de saudades de todos os momentos de descontração vividos”, destacou.

Na primeira vez que integrou um movimento de greve, no qual ficou acampado por quase um mês, o técnico em nutrição escolar Vonisson Gomes dos Santos, da subseção de Reserva do Cabaçal, descreveu como uma “experiência incrível”, a participação no movimento e o a vivência de quase um mês acampado. “Mostramos ao governo que o funcionalismo público, em específico a educação, tem voz e vez e não se cala perante os desmandos e

autoritarismo de um governo que não cumpre os direitos dos trabalhadores”.

Segundo Vonisson Santos, fortaleceu a vontade e a coragem de lutar pelos seus direitos e pelos direitos dos trabalhadores da educação. “Aquele que não luta, pelos seus direitos não é digno deles” disse, lembrando a frase que marcou o movimento grevista, em 2016.

O encontro de educadores de todos os polos serviu também para fortalecer a diversidade cultural e enriquecer o movimento. Os acampados criaram a banda do acampamento do Sintep-MT, que resgatou as práticas das fanfarras desenvolvidas pelas escolas. E ainda, durante o acampamento o Sintep-MT realizou a etapa do pré-Congresso XVI Congresso Estadual de Educação com os acampados, que devido a mobilização não participaram das discussões nos municípios de origem.

Em média cerca de 30 profissionais dos municípios, que compõem as 15 regionais, permaneceram exatos 65 dias (02/06 a 05/08) acampados, incluindo o período que permaneceram instalados na Seges, durante a greve geral. A participação se deu em forma de rodízio com permanência em média de 15 dias na Capital.

# A luta é fruto de decisão coletiva





# A PREVARICAÇÃO NO GOVERNO TAQUES



Os indícios de ‘cartas marcadas’ com o dinheiro público na Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Seduc-MT) haviam sido denunciados pelo Sintep-MT ao Ministério Público Estadual, desde 2015. E, em maio de 2016 uma operação deflagrada pelo Grupo de Atuação Contra o Crime Organizado (Gaeco) apontou o desvio de R\$ 56 milhões da Educação estadual via licitações fraudulentas promovida por empreiteiras com a intermediação de servidores públicos e até mesmo do secretário de Estado de Educação, Permínio Pinto.

A investigação do Ministério Público levou à prisão os suspeitos, incluindo o secretário Permínio Pinto, o que levou a questionamentos e denúncias na greve dos profissionais da Educação estadual. Durante a luta de 67 dias, no Governo Pedro Taques, pela manutenção de direitos, os profissionais fizeram questão de trazer a público o fato de que, desvios dessa natureza estarão sempre presentes quando os Governos abdicam da responsabilidade de administrar os serviços públicos, terceirizando as tarefas para a iniciativa privada.

A prisão do ex-secretário de Estado foi lembrado a todo o momento durante a mobilização paredista de 2016, por meio de painéis, faixas e cartazes, além de integrar letra das músicas de protesto elaboradas para a greve.





# Faxina contra a corrupção no Governo/MT





## Estudantes secundaristas se manifestam em defesa da Educação Pública e Gratuita

“**A** nossa luta unificou estudante, funcionário e professor”. O grito de manifestação foi ouvido durante os 64 dias em que a mobilização dos estudantes secundaristas da rede estadual, integrou a luta unificada dos educadores contra o processo de privatização da Escola Pública via Parcerias Público Privadas (PPP's), em Mato Grosso.

A mobilização estudantil ressurgiu no cenário estadual, no início do mês de maio de 2016 organizado pela Associação Mato-grossense de Estudantes Secundaristas (AME). Apoiados pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), e até mesmo pela UNE (União Nacional dos Estudantes), os jovens protestam contra o desvio de R\$ 56 milhões dos cofres da Educação, por meio de licitações fraudulentas na Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc-MT).

A cobrança por investigações mais aprofundadas nas fraudes de licitações é fortalecida pelos protestos contra as Parcerias Público Privadas (PPP's) na educação. A proposta de terceirização para construção, reforma e manutenção dos prédios escolares e serviços administrativos foi avaliada como uma forma de ampliar a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada e consolidar o processo de privatização da escola pública.

Diante de tamanha ameaça os estudantes liderados pelo movimento Primavera Secundarista, decidiram ocupar as escolas reivindicando o direito de mantê-las pública e gratuita. Dia 22 de maio, antes mesmo do início da greve geral no Estado, os estudantes ocuparam a primeira das 29 escolas que seriam tomadas em todo o Estado.

Com a mobilização dos profissionais da Educação estadual a partir de 31 de maio, também pela suspensão das PPP's, e dentro de um quadro de greve geral no Estado, os estudantes unificam a luta e passam a integrar todos atos e passeatas em defesa dos direitos dos servidores e por uma escola pública e 100% gratuita.

O ato dos estudantes foi registrado como um fato histórico com grande demonstração do protagonismo juvenil na luta pela Educação Pública de qualidade. A mobilização, suspensa no dia 3 de agosto, após a Seduc-MT se comprometer a colocar o projeto de PPP para apreciação da sociedade, mediante conferências participativas, foi avaliado pelos próprios estudantes como um curso intensivo de cidadania. “Passamos por um processo de ressignificação da própria noção de escola e de educação. A Primavera Secundarista mostrou que é possível e necessário discutir uma nova escola”, declarou na época o presidente da AME, Juarez França.



# SINDICATO



# O DE LUTA



**ORGANIZADOS(AS) PARA LUTAR OUSADOS(AS)  
PARA PROPOR E DETERMINADOS(AS) A AVANÇAR**

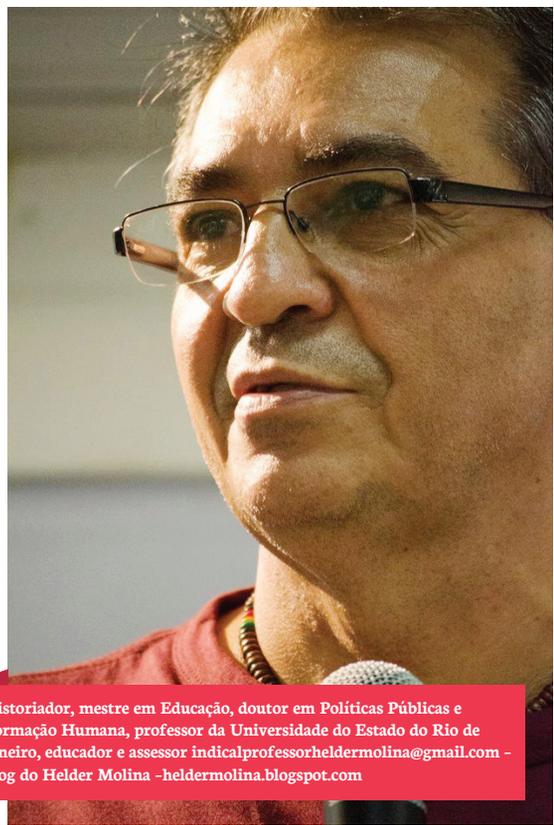
# Só a luta coletiva conquista direitos coletivos

Helder Molina

Que os sindicatos são instituições consolidadas na vida dos trabalhadores, isso já está claro. No entanto, poucas pessoas sabem da fundamental importância que eles possuem na conquista dos direitos defesa da democracia, justiça social. A história da movimento sindical coincide com do sindicalismo coincide com a história da sociedade e do modo de produção capitalista. Ele surgiu como resposta a exploração de classe dos capitalistas, na violência de classe que estes impuseram aos trabalhadores no processo da revolução industrial, até os nossos dias.

O capitalismo se baseia na compra da força de trabalho do trabalhador, por meio do assalariamento, e lucro dos capitalistas é produzido pelo trabalho não pago (mais-valia) e pela apropriação direta e indireta do que ele produz. O sindicato existe para defender os direitos dos trabalhadores. Nossos direitos são frutos de muitas lutas, e para garanti-los temos que ter um sindicato forte e de luta. Hoje temos emprego, salário, previdência, plano de saúde, e tantos outros direitos 16. garantidos. Milhões de trabalhadores não têm. Amanhã, quem garante que não estaremos sem emprego, vivendo na informalidade, sem salário, sem renda, sem direitos, sem futuro? É pensando nisso que nos organizamos em sindicatos.

Os direitos que os trabalhadores têm, hoje, são frutos de muitas lutas, vindas desde o século XIX. Duros combates e mobilizações para melhorar a vida dos trabalhadores se deram não só no Brasil (desde a escravidão), mas no mundo inteiro. A luta pela definição, e depois pela redução da jornada de trabalho, vem de 150 anos. Quando não havia sindicatos, nem direitos trabalhistas. Era o patrão quem decidia o preço da força de trabalho e a duração da jornada. Eram de 14 ou 16 horas diárias, e o trabalho das crianças e mulheres não remunerados. Só na década de 1920 os trabalhadores conquistaram a jornada de 8 horas diárias. E no Brasil foi garantida na lei só em 1932. A vida “produtiva” de um trabalhador não passavam de 25 anos de



Historiador, mestre em Educação, doutor em Políticas Públicas e Formação Humana, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, educador e assessor sindical professorheldermolina@gmail.com - blog do Helder Molina -heldermolina.blogspot.com

trabalho. Viravam bagaços humanos nas engrenagens das fábricas.

Só a partir de 1910 foram garantidos o descanso aos domingos e o direito a férias. E essas conquistas foram a custa de muitas greves, mobilizações de massas, sofrendo repressões violentas, torturas, prisões, desaparecimentos, mortes. Operárias queimadas vivas numa fábrica de Chicago são provas disso. Os grandes banqueiros e empresários só acumulam lucros porque exploram os trabalhadores. Dinheiro não nasce em árvore, nem cai do céu.

O lucro privado ou é produto da exploração do trabalho e do trabalhador e da ausência de políticas sociais de distribuição da riqueza e dos benefícios gerados pelo trabalho humano, ou quando o Estado vira um comitê de negócios e interesses das classes que dominam a sociedade e monopolizam a economia. Tenha certeza que, se dependesse da empresa ou do governo, você receberia 0% de reajuste salarial e seus direitos seriam reduzidos e benefícios retirados. Só não nos atacam mais, porque lutamos, coletivamente, e porque o sindicato luta com você. Só a luta muda a vida. Nem todas as lutas nos levam a vitórias, mas não há vitórias sem lutas.

# Expediente

## Expediente

ACOMPANHE  
O SINTEP/MT NAS  
MÍDIAS SOCIAIS



[www.sintep.org.br](http://www.sintep.org.br)

### Gestão 2015-2018

SINDICATO DE LUTA

#### Presidente

Henrique Lopes do Nascimento

#### Conselho editorial

Jocilene Barboza dos Santos  
Vice-presidente

Miriam Ferreira Botelho  
Secretária-geral

Guelda Cristina de Oliveira Andrade  
Secretaria de Políticas Educacionais

Gilmar Soares Ferreira  
Secretário de Comunicação

Edevaldo José dos Santos  
Secretário Adj. de Comunicação

### Produção

Comunicação Sintep/MT

Roseli Riechelmann  
Jornalista Responsável (MTb 24400/SP)

Maria Luiza Bartmeyer Zanirato  
Revisão

Jadson Oliveira  
Designer

### Foto

Divulgação Sintep/MT,  
Arquivo Pessoal e Colaboradores

### Contato

Rua Mestre João Monge Guimarães, 102  
Bairro Bandeirantes  
Cuiabá-MT

Fone: (65) 3317.4300  
0800.654343  
fax: 3317.4327

E-mail: [comunicacao@sintep.org.br](mailto:comunicacao@sintep.org.br)



# SINTEP/MT Livre, Democrático e de Luta!

